

MOIEMENTO

Publicação da Universidade Federal Fluminense - n° 149

UFF



INDÍGENA

A situação indígena no Brasil

página 6

Especialistas monitoram erosão em Atafona

página 4

Editorial

INCLUSÃO SOCIAL

Pensar a inclusão social como uma política pública de resgate da cidadania de milhões de brasileiros historicamente excluídos, implica aceitar duas constatações e uma responsabilidade, quais sejam: a existência de um processo ativo de exclusão; b) a percepção de que, enquanto processo social, sua correção não pode ser entendida como dádiva, mas sim como conquista através de uma ação pró-ativa e, finalmente, assumir a responsabilidade de combate ao processo de exclusão, pelas suas causas e não somente atacando os sintomas.

Ainda que a discussão sobre a exclusão social e o seu reverso – a inclusão – possa ser exemplificada em vários campos do corpo social (saúde, lazer, emprego, etc), nos restringiremos a comentar o campo educacional, especialmente a educação superior.

Assim, dados do INEP mostram que apenas 9% dos jovens com idades entre 18 e 24 anos chegam à universidade e a maioria deles se encontra nas universidades privadas. Este baixo percentual não surpreende muito tendo em vista que o campo educacional reflete as desigualdades entre as classes no sistema capitalista e que o governo não vem investindo o suficiente na educação pública.

Com a tentativa de reverter este quadro na atual conjuntura da Reforma da Universidade, o governo propõe a política de cotas. Acreditamos, contudo, que esta solução seja insuficiente e a sua discussão marcada por equívocos.

A política de cotas é insuficiente porque, para ela ser levada a sério, ela deve vir associada a um conjunto de outras medidas que demonstrem o real compromisso do governo em promover a ruptura do processo de exclusão que marca a sociedade brasileira, tais como: melhoria da escola pública, em todos os níveis; investimentos para garantir a permanência dos incluídos, valorização do trabalho dos professores, em todos os níveis, incluindo pisos salariais dignos, fortalecimento das organizações sociais e de classe para que as mesmas possam garantir, na luta política cotidiana, as conquistas alcançadas.

Em síntese, o problema real que o Estado brasileiro tem de enfrentar é o de criar uma política de oportunidades iguais para todos e isto só pode ser alcançado com o fortalecimento do ensino público, gratuito e de boa qualidade em todos os níveis.

Recentemente temos assistido, decorrente da anunciada política de cotas, a uma discussão marcada por equívocos, particularmente quando se trata de identificar os grupos excluídos e do quanto devemos beneficiá-los. De maneira recorrente, argumentos biológicos ressuscitam definições cientificamente mortas e sepultas: as raças humanas. Sabemos já, de longa data, que as propaladas raças humanas são uma falácia. Biologicamente e taxonomicamente todos os humanos constituem uma única raça – *homo sapiens sapiens*. Mais do que isto, estudos biológicos já antigos demonstram que para quaisquer grupos humanos definidos

a priori por critérios fenotípicos, tais como, cor da pele, tipo de cabelo, feições do rosto, ou mesmo a partir do conjunto destas características, encontram, do ponto de vista molecular (marcadores não acessados facilmente pelos interesses ideológicos), mais variação entre os indivíduos dentro de um mesmo grupo do que entre os grupos. Ou seja, existe mais variação entre os brancos – eles mesmos; entre os negros – eles mesmos; do que entre os grupos de negros, brancos, amarelos, etc. A situação é ainda mais reveladora quando se analisa, do ponto de vista molecular, o suposto grupo de brasileiros brancos. Assim, ficou demonstrado que, em um grupo relativamente significativo de pessoas consideradas brancas, 60% delas apresentavam, em sua constituição genética, genes mitocondriais (herança materna) de origem negra ou indígena.

Tudo isto indica que a questão central para resolver o problema da exclusão é a garantia da igualdade de condições para toda a sociedade e isto não pode ser feito com o modelo neoliberal, privatizando o Estado.

Tendo em vista que a responsabilidade para com a inclusão social não se restringe ao governo, a Universidade Federal Fluminense vem ampliando a inclusão do outro societário através de uma política extensionista comprometida com esta causa e, além disto, aumentando suas vagas de graduação na sede e no interior do Estado do Rio de Janeiro, através de uma política de interiorização ousada e responsável.

realização



Universidade Federal Fluminense - Reitor: Cícero Mauro Fialho Rodrigues - **Vice-Reitor:** Antonio José dos Santos Peçanha
Núcleo de Comunicação Social - Diretora: Cristina Ruas - **Momento UFF - Editora:** Luiza Peluso - **Subeditora:** Pamela Archontakis - **Redação:** Kátia Vieira, Luiza Peluso, Pamela Archontakis, Regina Schneiderman, Rosane Fernandes e Sonia de Onofre
Programação Visual e Diagramação: Afonso Vicente Araujo Almeida e Marcos Aurélio do Rego Monteiro
Bolsistas: Carolina Bittencourt, Daniel Braga, Fernanda Gomes, Fernanda Pimentel, Flora Lobosco e Priscilla Mansano (Jornalismo), Arnold Eduardo Zárate Aldana, Carolina Vignoli, Daniel Saturnino Braga e Rafael Martinelli (Programação Visual e Diagramação), Eduardo Heleno de Jesus Santos (Fotografia)
Endereço: Rua Miguel de Frias, 9, 8º andar, Icaraí, Niterói/RJ - 24220-000
Tels.: 2629-5239 e 2629-5240 (telefax) - **E-mail:** nucs@vm.uff.br - **Tiragem:** 13.000 exemplares - **Fotolito e impressão offset:** Grafito Gráfica e Editora Ltda. - **Site UFF Notícias:** www.uff.br



DST, Darlene, celebridade, Lula e educação

Mauro Romero Leal Passos

Um estudioso, no passado, chegou a dizer: “Deus criou a terra, os homens e as doenças venéreas.”

No Antigo Testamento da Bíblia, no livro de Levítico, a gonorréia é citada como algo impuro. Indicava que o doente devia ser afastado do convívio social.

Na época dos grandes descobrimentos, o primeiro mundo europeu, procurando esconder os males médico-sociais provocados pelos estigmas das doenças venéreas, tentou impor a situação de que foram os marinheiros de Colombo, e até o próprio, que levaram para o Velho Continente tais doenças.

Na mesma Europa, nenhum país queria para si tamanha ofensa. E cada um atribuía às doenças transmitidas por relação sexual o nome de outra região. Assim, eram conhecidas como mal francês, mal gálico, mal napolitano, mal português, mal espanhol...

A verdade é que a frase inicial é mais verdadeira do que tudo. Inúmeros trabalhos já descobriram casos e casos de múmias, incluindo crianças com lesões de sífilis congênita, documentando, de forma cabal, que essas doenças remontam a milênios.

O porquê de algumas bactérias, vírus, protozoários e fungos elegerem os órgãos sexuais como seus *habitats* é, e possivelmente será por muito tempo, uma incógnita.

Os microorganismos têm estreitas relações com determinadas áreas do corpo humano nas quais se desenvolvem melhor do que em outras. Muitas vezes, saindo da área “padrão”, são facilmente aniquilados.

Para minimizar a transmissão de doenças, mas também para evitar a gravidez não-desejada, o homem primeiro colocou em seu pênis tripa de porco, evoluindo para material de borracha e, recentemente, de látex. A esse artefato chamamos camisinha. Da evolução surgiu o molde contrário, a camisinha feminina.

No início do século passado, cientistas inventaram injeções de bismuto, de arsenicais e de mercúrio. Naquela ocasião, como a cura com

esses “antimicrobianos” era muito incerta, um ditado popular apareceu: “Uma noite com Vênus e depois toda a vida com Mercúrio.”

Com a descoberta da penicilina, e sua aplicação médica durante a Segunda Grande Guerra, o mundo acreditou que o fim do sofrimento causado pelo efeito colateral infeccioso da relação sexual experimentava seu fim.

Ledo engano. Os microorganismos, *vide* a primeira frase, também são filhos de Deus.

Esconderam-se nos guetos humanos. Aprenderam a destruir os seus agressores. Mudaram suas vestimentas. Foram morar em unidades mais bonitas, mais ricas, mais limpinhas. E voltaram mais resistentes, mais sabidos e cobrando um preço bem maior para saírem dos corpos.



Esconderam-se tanto que o povo nada deles falava, ocorrendo que outros agentes, da mesma laia e mais novos, ganharam mais notoriedade. O mundo, então, só dos novos fala.

Do final do século passado até hoje, quase só há espaço para o HIV. Outro agente também ganhou grande apelo na mídia, o HPV.

Programas de rádio, televisão, revistas de famosos, novelas televisadas já foram palco para problemas de saúde pública (infecciosos ou não). Entretanto, as velhas e clássicas DST (doenças sexualmente transmissíveis) dificilmente são veiculadas até em rádios comunitárias.

Todavia, os números envolvendo as DST são da cifra de centenas de milhões. No mundo são mais de 340 milhões de casos novos a cada ano de apenas quatro DST (tricomoniase = 174, clamídia = 92, gonorréia =

62 e sífilis = 12). No Brasil, os números andam na casa de dez milhões de novos casos por ano: tricomoniase = 4, clamídia = 1,9, gonorréia = 1,5 e sífilis = 900 mil. Estima-se que mais de 25 mil casos de sífilis congênita ocorram no Brasil a cada ano.

A maioria da população e dos profissionais de saúde desconhece que pelo menos 40% dos casos de sífilis congênita, ou matam os conceitos, ou causam graves problemas às crianças acometidas.

A maioria da população e dos profissionais de saúde desconhece que as DST podem aumentar em até 17 vezes (1.700%) as chances de transmissão do HIV.

A maioria da população e dos profissionais de saúde desconhece que pelo menos metade dos casos de tricomoniase, infecção por

clamídia ou gonococos nas mulheres não causa alterações importantes no corpo. Mas as seqüelas no trato genital são brutais. Dentre elas incluem-se dor pélvica e obstrução das tubas uterinas, levando à esterilidade. Pior, atualmente as DST são mais freqüentes na população de adolescentes.

É tão marcante o dado de que essas doenças podem ocorrer com ausência de sinais e sintomas que Vinicius de Moraes, em seu poema “Balada do Manguê”, citava: “*pobres flores gonocócicas que à noite despetalais as vossas pétalas tóxicas...*” O Poeta sabia que, vendendo prazer, essas mulheres davam uma gonorréia sem saber.

Hoje, com certeza, temos todas as armas para combater as clássicas DST. Entretanto, nos falta inteligência para ganhar o jogo. Acredito que temos de jogar não com tanques ou metralhadoras, mas com inteligência

estratégica. Nesse campo, imagino que dar publicidade ao inimigo, tirá-lo das trincheiras, fazer dele uma celebridade, talvez possa mexer com sua vaidade de ser estrela e tornar-se vulnerável. Presa fácil, pois sabemos onde se localiza. Para isso, teremos de fazer com que as pessoas saibam da verdadeira situação, que fiquem sabendo se possuem ou não esses microorganismos em seus corpos.

Para tanto, teremos de usar e abusar de falar das DST. Em todos os cantos. Em todos os canais. Sem preconceitos para falar de secreções fétidas, de úlceras purulentas, de corrimento com cheiro de peixe podre ou de crianças natimortas, necrosadas pelo treponema. Mas também valorizar o fato de que muitas pessoas, em determinadas fases das infecções, nada apresentam de exuberante. O IDH (índice de desenvolvimento humano) brasileiro jamais esquecerá o benefício.

Imagino o bem que Darlene, celebridade, faria para os brasileiros e para os povos que compram e assistem a nossas novelas, contraindo uma DST, amadurecendo, dando a volta por cima, transando com mais amor e, sobretudo, com educação em saúde sexual e reprodutiva.

Imagino o bem que Lula faria para o povo brasileiro se na abertura do Congresso DST 5, Prevenção 5, Aids 1 (agosto de 2004, em Recife, site www.congressodstaid52004.com.br) falasse que em sua época de adolescente não existia tanta disponibilidade, como hoje, de ações em educação em saúde sexual nem oferta de camisinhas, masculina e feminina, para a prevenção das DST. Poderia falar, ainda, que toda a sociedade deve respeito e educação a um dos mais nobres atos que os seres humanos podem praticar: fazer amor com dignidade.

Evoluindo no sonho dos “deessetologistas”, poderia Lula pedir para que todos assumíssemos um compromisso (“zinho”) de interagir para uma sífilis congênita (quase) zero.

Mauro Romero é professor adjunto, chefe do Setor de DST da Universidade Federal Fluminense

A FORÇA “QUASE” IMPLACÁVEL DA NATUREZA

Especialistas da UFF monitoram a erosão em Atafona

Eduardo Heleno e Luiza Peluso

Casas em ruínas, árvores secas, troncos arrancados do solo, inscrições bíblicas sobre o fim do mundo. O mar avança e destrói tudo. E não há nada que possa contê-lo. O cenário apocalíptico, que parece ter surgido de um filme de ficção científica, é o retrato do processo natural que vem ocorrendo em Atafona, no Norte fluminense.

Situada na parte meridional do delta do Rio Paraíba do Sul, Atafona é um distrito do município de São João da Barra e se tornou, durante certo tempo, praia preferida dos campistas e dos sanjoanenses. Seja pela areia monazítica e suas propriedades terapêuticas ou pela proximidade com a cidade de Campos dos Goytacazes, a praia de Atafona ganhou notoriedade na região, a ponto de sua população quadruplicar na alta temporada. Mas o processo erosivo, registrado desde a década de 1950, tem afetado o distrito. Segundo a arquiteta Márcia Hissa, mestranda da Universidade Candido Mendes, houve no período de 30 anos a destruição de 183 casas em 14 quarteirões. O mobiliário urbano sofreu diversas mudanças: o farol mudou de lugar duas vezes. Um posto de gasolina, uma escola e a colônia de pescadores são outros exemplos de imóveis que tiveram de ser reconstruídos.

O artesão Jair Vieira, de 68 anos, morador local, quase foi uma das vítimas do avanço

do mar: “Eu queria comprar a casa em que eu morava de aluguel. Dei uma oferta, mas a proprietária recusou. Um mês depois o mar começou a invadir o terreno. A dona voltou atrás e ofereceu um preço três vezes menor, mas eu recusei. Hoje o local onde está a casa está submerso”, conta.

A ilha da Convivência, próxima ao distrito, também sofre as consequências da erosão. Belita Ribeiro Pedra, de 76 anos, vive lá desde que nasceu. Ela relata que quando tinha 18 anos havia cerca de 30 famílias na ilha. Atualmente, oito famílias residem lá. Como Atafona, a ilha perdeu a igreja e várias casas. Vítima do processo erosivo, Belita mudou de casa seis vezes, nos últimos 26 anos.

Causas da erosão

Aquecimento global, fenômeno El Niño, a força do vento nordeste, diminuição da vazão do rio Paraíba do Sul, ação antrópica, quais seriam as razões para o fenômeno que ocorre em Atafona? Isto é o que busca responder a equipe de pesquisadores da UFF, coordenada pelos geólogos Alberto Figueiredo e Cleverton Silva, e pelo engenheiro cartógrafo Gilberto Pessanha.

Eles formularam o projeto “Atafona: Avaliação do Processo de Erosão Marinha”, que foi iniciado em dezembro de 2003. Com a

participação de alunos da graduação, do mestrado e da pós-graduação, o projeto, financiado pelo CNPq, compreende o levantamento de dados físico-ambientais com o objetivo de relacioná-los com a erosão costeira, a fim de determinar os principais agentes da dinâmica do processo erosivo e estimar a velocidade e a intensidade do fenômeno para os próximos anos

O Mapeamento

Na pesquisa, a equipe faz medições das coordenadas com GPS*, marcando pontos de controle específicos, como casas, linha de praia, falésias, etc. Para se ter uma idéia da velocidade da erosão, em pouco mais de quatro meses de trabalho, um dos pontos foi totalmente destruído pelo mar. Para auxiliar o planejamento da coleta de amostras, o engenheiro Gilberto Pessanha coordena o mapeamento. “O trabalho que faço é de mapeamento cartográfico e temático do delta do Paraíba do Sul, com base no acervo que temos da área, e em levantamento de campo com o sistema de posicionamento GPS. O material servirá de apoio para o controle da localização das amostras de sondagem geológica e também para avaliação da dinâmica que ocorre na orla.”

Há dez mil anos, o primeiro indício

Na análise inicial, os pesquisadores descobriram, a partir dos mapas, fotografias aéreas e imagens de satélite, que a região do delta do Paraíba já teve diversos processos erosivos semelhantes, em épocas remotas, como explica o geólogo Alberto Figueiredo. “Atafona fica em uma porção do delta do rio que se projeta em direção ao mar. De pelo menos dez mil anos para cá, o delta como um todo vem avançando em direção ao oceano. Atafona, portanto, é um local propício a processos erosivos. O que se observa no mapa é a ocorrência de períodos erosivos anteriormente, antes da presença do homem, da extração de areia e da construção das represas”.

Um dos indícios desse fenômeno é a presença de dunas, localizadas em faixas paralelas à região costeira. “Toda vez que ocorre erosão, há a formação de dunas pelo efeito do aumento na força dos ventos. Os grãos de sedimentos de menor tamanho são retirados da praia e carregados pelo vento em direção ao continente, formando as dunas. Nesta região, o processo de formação das dunas é um excelente concentrador de minerais pesados, geralmente de cor escura e entre estes está a monazita”. A constatação feita pela equipe abre novas possibilidades para detectar o fenômeno erosivo em épocas remotas. Para isso eles estão realizando medições radioatividade para quantificar a presença de areia monazítica. Segundo o professor Alberto, “a radiação emitida pela monazita serve como índice da concentração de minerais pesados e estes são bons indicadores do processo erosivo. A força do vento além de criar as dunas, provoca ondas no mar e estas causam erosão nas praias”.

O Rio Paraíba do Sul

Apesar de as primeiras informações indicarem que a erosão faz parte de um evento cíclico, que já teve similares em tempos remotos, os pesquisadores também estão analisando como a ação do homem pode ter contribuído para essa situação. Outro fator que pode ter alterado a dinâmica da costa é a diminuição da força do Rio Paraíba do Sul. O professor Alberto Figueiredo explica que a vazão



do rio tem papel importante no equilíbrio hidrodinâmico. “A força do rio, quando ele entra no mar, funciona como uma barreira hidráulica, reduzindo os efeitos das ondas erosivas de nordeste”, afirma. Uma das causas da redução da vazão estaria nas represas ao longo do curso do rio, que acabam por diminuir e regularizar sua força.

A bacia do Paraíba do Sul drena uma das áreas mais desenvolvidas do país. Com a nascente na Serra da Bocaina, no estado de São Paulo, abrange os estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Dados do serviço de informações do Paraíba do Sul indicam que há 8,5 mil indústrias que utilizam seus recursos hídricos. Além do fornecimento para as atividades industriais e agropecuária, há a captação para abastecimento da população. Segundo o IBGE (1996), mais de 5 milhões de pessoas residem na área da bacia do rio, que corresponde a 55 mil quilômetros quadrados. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com oito milhões de habitantes, é também uma das beneficiadas.

Entendendo o passado para planejar o futuro

A análise de alguns indícios já está ajudando a explicar como fatores naturais e antrópicos estão modificando o local. Mesmo assim, outros tipos de estudos serão feitos. A equipe planeja realizar sondagens geológicas em áreas erosivas antigas a fim de avaliar a idade e a duração destes eventos. As amostras serão datadas por meio de Carbono 14 e termoluminescência de quartzo. O grupo pretende contar também, dentro de poucos meses, com a colaboração dos moradores da cidade para monitorar as características das ondas e dos ventos. Essas medições são necessárias para o entendimento de como cada fator influencia e modifica a dinâmica das forças que atingem o litoral atafonense. A compreensão do que aconteceu na região em épocas remotas é a chave para estimar o que acontecerá com o distrito. A população da região do delta do Paraíba do Sul sofre as conseqüências por viver numa região que se tornou cenário de destruição, onde a dinâmica dessas forças naturais foi acelerada pelas transformações que o homem proporcionou.

Primeiros resultados

A avaliação preliminar da erosão foi apresentada no II Simpósio Brasileiro de Oceanografia, evento organizado pela USP, realizado de 31 de maio a 4 de junho de 2004. Participam do projeto os professores Alberto Figueiredo, Cléverson Silva e Gilberto Pessanha, e os alunos Sérgio Cadena de Vasconcelos, Ricardo Álvares dos Santos, Anderson Gomes, Corbiniano Silva, Suzana Hinds Ferreira da Silva, Priscila Silva da Costa Moreira, Maurício de Souza Dias Guimarães.



O Apocalipse é tema comum nas ruínas de Atafona

A cura pelo minério

A monazita é um mineral composto por fosfato de terras raras dentre elas, o Tório. Por suas características radioativas, após processamento, é largamente utilizada na indústria de eletro-eletrônicos, como, por exemplo na fabricação de tubos de TV, como contraste radioativo na área médica e como combustível nuclear para as usinas atômicas e submarinos nucleares.

A areiamonazítica na forma como é encontrada é também associada à cura de doenças. Em Atafona, foram registrados casos de polineurite (inflamação dos nervos) e de varíola, cujo tratamento indicado foi a exposição à areia.

Além disso, por ter uma densidade maior (4.5) que a do quartzo (2.6), ela é encontrada junto com outros minerais pesados economicamente importantes como a granada (usada como abrasivo na fabricação de lixas), ilmenita (base branca para tintas) e a zirconita (película brilhosa para cerâmica).

O sistema de navegação GPS

Para fazer medições geodésicas precisas a equipe utiliza instrumentos de posicionamento por satélite. Atualmente existem dois sistemas de navegação: GPS (global positioning system) feito pelos americanos e o GLONASS elaborado pelos russos. Cada sistema é formado por 24 satélites. Eles emitem sinais de rádio que são interceptados pelos instrumentos na Terra. Para que o usuário saiba a sua localização, é necessário que ele receba o sinal de pelo menos três satélites.

Presidente da Funai avalia a situação indígena no Brasil

Fernanda Pimentel

Mércio Pereira Gomes, 53 anos, antropólogo, é presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) e professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Antropologia da UFF.

Lecionou na Unicamp, Uerj e Macalester College, em Minnesota (EUA). Realizou pesquisas antropológicas entre os índios tenetehara (1975 a 2000), guajá (1980 a 2002), parakanã, avá-canoeiro e diversos povos indígenas do baixo Rio Xingu, além dos urubu-kaapor, krikati, canela e waimiri-atroari.

É autor de diversas publicações sobre povos indígenas, destacando-se O índio na História, O povo tenetehara em busca da liberdade e Os índios e o Brasil, este editado também em língua inglesa.

reivindicações a órgãos como a Funai, Ministério Público, ministérios e outras instâncias governamentais e não-governamentais. Quanto à subsistência, a maioria dos povos indígenas, cujas terras já estão demarcadas e homologadas, vive do plantio de roças e do artesanato. Em geral, os índios plantam roças de mandioca, arroz, feijão e milho, produzem farinha de mandioca e artesanato variado, conforme as tradições de cada etnia. Em algumas áreas, ainda prevalece a prática da caça e da pesca, mas em pequena escala, sempre com a preocupação de se preservar o meio ambiente.

Os índios sofrem mais preconceito da população rural do que da urbana. Por que isso acontece, na sua opinião?

Infelizmente, acredito que o preconceito em relação aos indígenas ocorre no meio rural e urbano. No meio rural, talvez em função das constantes disputas judiciais pela posse de terras que anteriormente já pertenciam aos índios e que hoje estão ocupadas por fazendeiros, o preconceito talvez esteja mais enraizado. Tudo isso é muito lamentável. Por exemplo, como podemos ter certeza de que o estudante indígena, ao ingressar em um curso superior, também não estará sujeito ao preconceito dos que vivem nas cidades? Sou contra qualquer tipo de preconceito. Em especial, com os povos indígenas, em função do que eles representaram e continuam representando na luta e na defesa de seu povo e do nosso território.

O nosso país é muito grande e com diferenças sociais, culturais e étnicas. Como se dão essas diferenças nos nossos grupos indígenas?

São conhecidos hoje, no Brasil, aproximadamente 220 povos indígenas, com culturas específicas e diferentes entre si e da

sociedade brasileira. Em muitos casos – aproximadamente 180, – estes povos se expressam por meio de línguas também diferentes. Essa pluralidade deve ser vista não como um obstáculo ao desenvolvimento do país, mas como uma imensa riqueza cultural, da qual todos nós, brasileiros, devemos ter orgulho.

Para assentamentos de terras, às vezes, são necessários anos de engajamento por parte dos índios. Isso pode agravar os conflitos. Como o governo pode agir para minorar esses problemas?

Os índios sempre souberam como lidar com a terra. Na verdade, eles conhecem toda a importância do território que tradicionalmente ocupam para sua reprodução física e cultural. Tudo isso é resultado de um aprendizado dos antepassados. Por isso é que eles sabem quando é o período certo para o plantio e para a colheita das roças. São ainda profundos conhecedores da natureza, de seus mistérios, enfim, são grandes poetas. Os conflitos, quando ocorrem, são, em sua maioria, decorrentes do descontentamento daqueles que perderam na Justiça o direito de continuar ocupando terras que pertenciam aos indígenas anteriormente.

No site da Funai, o senhor foi firme em sua defesa pela obediência aos direitos indígenas e pelo resgate da dívida que o país contraiu com as comunidades indígenas desde o processo de colonização e genocídio da raça. De acordo com a Constituição Federal, quais são os direitos que cabem aos índios? Como nós poderíamos resgatar isso?

A Constituição Federal, no capítulo VIII, artigos 231 e 232, ressalta, entre outros pontos, que aos índios é reconhecida sua organização social, bem como seus costumes, crenças e línguas, além dos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, sendo competência da

Em entrevista ao Momento UFF, Mércio Gomes avalia a situação atual dos povos indígenas e alerta sobre a necessidade de demarcar e homologar suas terras.

O que é ser índio hoje?

Ao fazer uma reflexão sobre o que é ser índio resgato um pouco da história desse povo guerreiro, com base nos versos de Gonçalves Dias, o grande poeta da alma brasileira e que buscou encontrar uma identidade para o Brasil. Diz a frase: “Os índios foram instrumento de quanto aqui se praticou de útil e grandioso. São o princípio de todas as nossas coisas. São os que deram a base para o nosso caráter nacional, ainda mal desenvolvido e será a coroa de nossa prosperidade o dia de sua inteira reabilitação.” Na minha opinião, ser índio hoje no Brasil significa sentir orgulho de um povo guerreiro, que sempre defendeu suas terras e costumes, e que mesmo diante dos desafios impostos pelo progresso, continua preservando as tradições, transmitindo todo o legado de conhecimentos dos antepassados aos mais jovens, na expectativa de manter viva a cultura de cada etnia.

Atualmente, como está a situação política e de subsistência dos índios no Brasil?

Os índios, em sua maioria, são representados nas aldeias por caciques ou capitães, dentre outras denominações, responsáveis por conduzir as

União proceder à demarcação. Acho que o Brasil resgatará uma dívida histórica com os povos indígenas quando consolidar o processo de demarcação de suas terras. Tenho a convicção de que esse processo estará concluído até 2006. Na minha opinião, a demarcação e a homologação de todas as terras indígenas são o nosso maior desafio. Atualmente, 75% destas estão demarcadas, num país que conta com 620 terras indígenas, uma população estimada em 410 mil índios.

Como se configura a importância do índio na formação do “caráter nacional”, evidenciada pelo senhor em palestra, em abril deste ano, na Academia Brasileira de Letras (ABL)?

Caráter nacional é a expressão usada por Gonçalves Dias, em 1849, a qual citei na minha fala na ABL. Atualmente, deveríamos traduzi-la para “sentimento de nacionalidade brasileira”. Entretanto, na minha avaliação, essa questão ainda está em formação. Uma das causas do não-reconhecimento dos índios na formação da nossa identidade é que, na visão dos nossos principais intelectuais brasileiros, são os negros e os europeus os principais elementos dessa identidade. Muito se credita verdadeiramente ao português e ao negro. O índio ficou em terceiro lugar. Como se fosse um resíduo, isto é, o que forneceu a matriz para os primeiros habitantes e a formação das primeiras populações e que deixou de ser interessante. Personalidades como o saudoso Darcy Ribeiro – com quem tive a oportunidade de conviver durante anos, um homem sempre dedicado à questão indígena – também se sentiram angustiadas na busca incessante por descobrir o verdadeiro espaço do índio na formação do caráter nacional, o caráter dessa base popular que nós herdamos. É nesse sentido que, mais uma vez, a poesia de Gonçalves Dias contribui para consolidar a importância que o índio tem na nacionalidade brasileira, pela sua trajetória de luta.

Qual a sua avaliação do curso de Negociação e Mediação de Conflito, promovido recentemente pela Funai?

Acredito que foi importante para o corpo técnico de servidores da sede da Funai, em Brasília, e das administrações regionais nos estados onde há maior incidência de conflitos que, em geral, envolvem ocupações de terras indígenas. Embora tenham sido apenas cinco dias de atividades, o

aprendizado será fundamental para as atividades diárias dos servidores da Funai nessas regiões. Eles também repassarão os conhecimentos adquiridos aos demais colegas de trabalho, contribuindo para o aprimoramento das ações e para a busca de uma solução negociada dessas questões, sem a necessidade do uso de violência ou situações de tensão.

O que o senhor quis dizer ao declarar que “os índios são o presente. E digo mais, os índios são o futuro do Brasil”, na audiência pública na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, em Brasília?

“São eles que nos ajudam a manter vivas nossas matas e contribuem para a preservação de nossos mananciais”

Sempre digo que os índios são a nossa referência como cidadãos brasileiros. Foram eles que aqui chegaram inicialmente e protegeram nossas terras. São eles que hoje mantêm vivos costumes, crenças e tradições de seus antepassados. São eles que nos ajudam a manter vivas nossas matas e contribuem para a preservação de nossos mananciais. Por isso é que avalio que eles também são nosso futuro, principalmente quando consolidarmos nossa maior dívida com eles, que consiste na demarcação e homologação de todas as suas terras. Isso significa não apenas um resgate e o pagamento de uma dívida que está dentro do nosso ser. Mesmo as pessoas que não são simpáticas à questão indígena reconhecem que há legitimidade no índio, no sentido de ter a sua terra. Isso se reconhece em seu ser poeta e em seu ser de opinião pública, bem como no sentido de que a conservação dessas terras nos garantirá a preservação do meio ambiente por muitos anos.

“(…) são os negros e os europeus os principais elementos dessa identidade. Muito se credita verdadeiramente ao português e ao negro. O índio ficou em terceiro lugar”

Por que a revisão demográfica, segundo o senhor, “é uma das surpresas da História”?

Calculo que os índios já somaram 5 milhões no Brasil. Houve uma queda acentuada, o que fez com que essa população tenha chegado a 120 mil, em 1955. Hoje, os índios são 410 mil, reconhecidos pela Funai, isto é, houve aumento acentuado do crescimento dessa população. Em outras décadas, acreditava-se que os indígenas desapareceriam e era com base nesse pressuposto que a atuação do Estado brasileiro era definida. Consciente da mudança desse paradigma, a Funai tenta realizar um censo indígena, com o apoio do IBGE, para que possamos realmente conhecer quem é índio, o



que é ser índio e assim pautarmos nossa atuação na garantia da defesa dos direitos desses povos.

O que fez os povos indígenas começarem a recuperar sua população?

Os povos indígenas vêm crescendo e acho que tudo isso é um grande resgate. Alguns crescem com um índice de 5% ao ano, em função, principalmente, da queda da mortalidade infantil, da diminuição da morbidade e de uma série de outros fatores como as doenças graves que não existem mais, entre elas, a varíola – que matava mais – e o sarampo, atualmente sob controle. Considero que os índios estão inseridos nesse novo papel de reconhecimento no Brasil. Penso que a regularização das terras às quais eles têm direito, aliada ao fortalecimento de projetos auto-sustentáveis, constitui-se o caminho para a consolidação desse crescimento. Assim, num futuro próximo, o país poderá se orgulhar de ter contribuído para o equilíbrio em relação aos povos indígenas. Quando o Brasil fizer isso, será reconhecido mundialmente.

A vida é cheia de desafios. Quais os seus projetos na presidência da Funai para melhorar a qualidade de vida dos índios e superar esses obstáculos?

Além da questão da demarcação e da homologação de todas as terras indígenas do Brasil, existem ainda outras metas a serem alcançadas. Destaco, por exemplo, o compromisso de implantar o Plano de Cargos e Salários para os servidores do órgão, a realização de um concurso público, com 500 vagas para nível médio e superior, até o final do ano, ampliando o atual quadro de funcionários, estimado em 2,1 mil, e o incremento de projetos na área de educação e saúde indígena. Também são relevantes as ações para a implementação de projetos auto-sustentáveis e de proteção do meio ambiente para os povos indígenas e, principalmente, permanecer firme no propósito de lutar pela defesa dessas populações que são o orgulho da nação.

UFF desenvolve Grupo de Estudos e Pesquisa em Engenharia de Trânsito

GEPETRAN: UM NOVO CONCEITO EM ENGENHARIA DE TRÂNSITO

Flora Lobosco



Eduardo Heleno

O trânsito faz parte da vida de todos nós: motoristas, motociclistas, ciclistas, pedestres. O novo *Código de Trânsito*, instituído em setembro de 1997, prevê que “o trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito”.

O curso de Engenharia Civil da UFF dá ênfase a estradas e transportes há 18 anos, sendo um dos pioneiros na restrita área de estudo de trânsito. “No mínimo, 25% da atividade humana depende do transporte”, assegura o coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Engenharia de Trânsito (Gepetran), professor José Fernandes Senna.

Mudanças necessárias

O *Código de Trânsito* prevê a municipalização do trânsito, isto é, o município deve assumir as questões do trânsito, com a participação da Guarda Municipal, multando e orientando os motoristas. Antes disso, essa responsabilidade era dos governos federal e estadual. “A presença dos municípios no trânsito ainda é muito incipiente”, critica o professor José Jairo Araújo.

Não se exige somente conhecimentos técnicos para o estudo de trânsito, mas também pesquisas de comportamento, já que as características das vias variam de acordo com a utilização. É importante observar se é uma via utilizada basicamente para passeio ou para trabalho, por exemplo. Faz-se necessário um estudo especial para cada caso. “A indicação de velocidade máxima ou a colocação

de quebra-molas acaba sendo estipulada por políticos, na base do ‘bom senso’, sem nenhum critério, enquanto devia ser feita por engenheiros capacitados”, afirma José Jairo Araújo.

Segundo o professor Walber Paschoal, alguns fatores que perturbam o trânsito passam despercebidos, como a localização de uma

banca de jornal ou de um ponto de táxi dificultando a visão dos motoristas e atrapalhando o fluxo, ou um ponto de ônibus próximo a local de travessia perigosa. “O quebra-molas, geralmente reivindicado pelas associações de moradores, vai contra a segurança do motorista e não é a solução ideal, além de ser utilizado com interesses políticos”, diz Paschoal.

Uma área importante da pesquisa diz respeito à

redução dos gastos com os acidentes, principalmente do Ministério da Saúde. Segundo José Jairo Araújo, é necessária a conscientização não só de usuários, mas de autoridades. “Um investimento em reorganização do trânsito pode resultar em economia de 40 a 60 vezes do que se investe.”

As estatísticas apontam o Brasil como campeão mundial em mortes por acidentes automobilísticos. “Todo mundo só sabe falar do motorista”, condena Araújo. Mas, segundo o professor, os acidentes muitas vezes são causados por falta de organização no trânsito. Para ele, o *Código de Trânsito* ainda tem muitos erros, e a tendência é de serem corrigidos com a experiência. Colégios e universidades têm papel essencial no processo de humanização do trânsito. O novo código é o início de uma maior conscientização da importância do assunto. “Antes, se uma estrada não comportava o tráfego, fazia-se outra. Agora, as causas e consequências são estudadas e tomam-se medidas operacionais, como a faixa exclusiva para ônibus”, exemplifica ele.

O *Código de Trânsito* está disponível no site www.senado.gov.br/web/codigos/transito/httoc.htm.



Eduardo Heleno

Professores integrantes do Gepetran: José Jairo Araújo, José Fernandes Senna, Wainer da Silveira e Silva, José Luiz Martins e Walber Paschoal

Um curso diferente

Parceria entre MST e UFF gera participação ativa dos alunos

Priscilla Mansano

O curso de extensão Realidade Brasileira é uma aula de participação, literalmente. No primeiro encontro da coordenação político-pedagógica do curso, jovens cheios de energia se movimentavam pela sala, decidindo que filme passar para a turma e organizando apostilas, com muito bom humor. Ao mesmo tempo, a coordenadora Virgínia Fontes fumava um cigarro enquanto concedia esta entrevista e auxiliava o grupo. “Virgínia, há dois filmes para exibir amanhã. Qual deles você prefere?” interrompe um dos alunos. “Qual *you* prefere? Você sabe que aqui eu não mando nada”, responde a professora, sorrindo. Um curso onde a coordenadora não manda? Não é bem assim. Os alunos são responsáveis por todas as decisões sobre as aulas. A maior parte do trabalho dos professores da UFF foi durante a organização do conteúdo.

Quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) procurou a UFF para ministrar o curso que já tinha sido implantado em Minas Gerais e São Paulo, os professores Virgínia Fontes, Marcelo Badaró e Ana Mota questionaram o conteúdo programático, pois este já estava fechado, exatamente igual ao dos outros estados. A proposta dos professores foi uma organização acadêmica e uma abrangência maior que o universo do MST. Entre 2001 e 2002, foram realizadas várias discussões e encontros

que resultaram no curso oferecido hoje pela universidade. Segundo Virgínia, o que está sendo oferecido é da melhor qualidade e adaptado ao público da UFF, do MST e de outros movimentos. A única solicitação do MST foi um módulo sobre a obra de Karl Marx, *O Capital*.

“É isso o que a universidade precisa aprender com o MST. Essa didática de participação”, defende a coordenadora. Os alunos participam de todas as decisões sobre as aulas. Nos dias do curso os participantes são divididos em oito grupos, chamados de brigadas, que organizam limpeza, alimentação, documentação do curso (brigada de memória), participação e militância (mística). O curso tem duração de dois anos e teve início em agosto de 2003, com término previsto para 2005. As aulas acontecem uma vez por mês, num fim de semana. Os participantes se encontram no Gragoatá, onde formam as brigadas; a coordenação-geral se reúne na semana anterior à das aulas. A expectativa dos organizadores era completar as 65 vagas para o curso, mas hoje já são 83 alunos.

Cada movimento social fez uma seleção e indicou os participantes. A única exigência é a frequência do aluno. Como não apresenta pré-requisito, a turma é formada por pessoas com diferentes histórias de vida. Alguns têm curso superior completo, outros não concluíram o ensino médio. Essa diversidade gera troca de aprendizado, de dificuldades que

fortalecem o curso: aprendem os alunos, a universidade e o MST.

Maria Aparecida Piza, 46 anos, integra a Pastoral Fé e Cidadania e o Comitê de Luta contra a Alca, ambos da Paróquia Santuário das Almas, em Icaraí. Ela está voltando a estudar Ciências Sociais na UFF e diz que nos movimentos sociais falta a reflexão crítica que a universidade oferece. “Esse curso é uma tentativa de ‘amarrar’ a nossa militância a um conhecimento mais aprofundado da História e da política”, explica ela. Outro aluno, Azer Azevedo Filho, 37 anos, é integrante do Comitê de Luta contra a Alça, de Angra dos Reis, e do Sindicato do Eletricitários de Niterói. Com o curso, ele tenta aumentar a inserção social entre os movimentos sociais. “Temos um objetivo único, que é gerar discussão”, provoca Azer.

Os participantes serão avaliados por uma pesquisa sobre o movimento social em que estão inseridos e até por uma possível monografia. Ao que parece, a turma vai muito bem. Os professores convidados adoram a experiência, e os alunos não param de trazer questões dos movimentos sociais para a sala de aula. O professor de economia da UERJ, Cezar Honorato se encantou com a turma pela participação dos alunos. Segundo ele, a universidade é uma instituição medieval, construída para os sábios falarem entre si, mas interromper o professor e questioná-lo faz parte da aprendizagem. “Eu gosto de turma barulhenta”- brinca o professor.

A socialização como alternativa

Eduardo Heleno

A professora e socióloga Edna Del Pomo, do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF) da UFF, retoma um programa para que réus beneficiários de penas alternativas prestem serviços à universidade. De acordo com a socióloga, a UFF foi a primeira instituição de ensino superior do estado a receber os prestadores do programa de penas alternativas, na década de 90. Naquela época, foi feito um convênio com a Central de Penas do Rio de Janeiro, e o programa teve a coordenação do professor Santo Conterato, com a participação efetiva da professora Edna.

A nova iniciativa planejada pela professora contempla uma perspectiva diferente de atuação da universidade. Além de receber o beneficiário, a equipe de Edna também irá acompanhar e avaliar não só a qualidade dos serviços prestados como os resultados obtidos junto à comunidade e ao prestador.

Para ampliar a oportunidade aos prestadores da Central de Penas de Niterói, foi assinado no

início de mês de julho um novo convênio com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

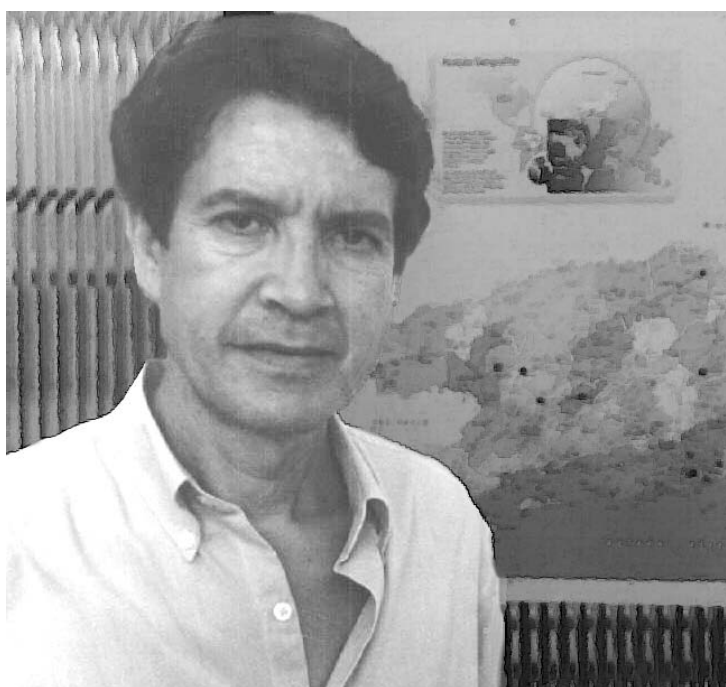
Recuperação e reincidência

A principal função da pena de reclusão é a readaptação da pessoa na sociedade porque a passagem pela cadeia não traz ao presidiário qualquer expectativa de inserção social. Para o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Miguel Pachá, “a pena alternativa dá mais dignidade, ressocializa o preso e faz com que, cumprido o seu período, ele encontre um trabalho digno. Dessa forma, estaremos contribuindo também para diminuir a população nas delegacias e casas de custódia, que estão cheias de detentos que não precisavam estar lá”.

Uma das grandes dificuldades para os ex-presidiários é conseguir emprego, e por isso, muitos deles voltam a cometer crimes. Segundo a professora Edna, a taxa de reincidência para os que cumprem pena em regime fechado é de 80%

e no caso das penas alternativas é bem menor. Os dados da última pesquisa do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente - ILANUD, realizada em 1997, mostram que o índice é de 12,5%. Relacionado a esta diminuição, está o fato de que neste tipo de medida não há perda do contato do condenado com os seus familiares e nem das responsabilidades, em especial o emprego.

Com o trabalho a ser desenvolvido na UFF, novas informações poderão ser obtidas. Rosângela Máximo, coordenadora da Central de Penas de Niterói, ressalta a importância deste convênio: “Por isso estamos buscando junto a UFF essa parceria, pois acreditamos que a partir daí poderemos ampliar nossa missão com mais critério técnico junto à comunidade de Niterói, em benefício da sociedade, inclusive possibilitando pesquisas essenciais que nos tragam dados avaliativos para nosso aprimoramento, como, por exemplo, a taxa de reincidência”.



Professor Celso Costa, vice-presidente de Educação à Distância do Cederj

A educação à distância (EAD) tem uma história antiga, em termos de metodologia e foi na década de 1970 que viveu seu grande *boom*, quando foram criadas as maiores universidades à distância que temos hoje no mundo, como a Open University na Inglaterra, a Universidad Nacional de Educación a Distancia na Espanha e a Fern Universität na Alemanha.

Com a internet, a EAD ganhou nova roupagem. Na sociedade da informação as pessoas têm um “espaço” a partir da tela do computador, podendo ler textos e obter infinitas informações, comunicando-se em tempo real (e-mails ou chats), e isso altera todos os tipos de trabalho, inclusive o do professor.

O computador e a internet vieram modificar o mundo. São potencializadores da comunicação entre as pessoas e entre as organizações. Em um curso à distância, para que se obtenha sucesso, é fundamental, além da qualidade, um sistema com alta interatividade. A internet é, então, espaço de interação muito importante, onde pode-se ter reduzida a questão do espaço físico que separa os vários atores do processo na educação à distância. Todas as grandes universidades à distância do mundo usam a internet como ferramenta para provocar a interatividade e exercer a tutoria (atendimento *online* ou presencial feito por profissionais para orientar os estudos em cada disciplina).

Vivemos no Brasil uma fase de grande promessa em relação ao desenvolvimento em EAD. “É questão de necessidade”, explica o professor titular da UFF e vice-presidente de Educação à Distância do Consórcio Centro de Educação Superior a Distância (Cederj), Celso Costa.

UFF e Cederj

A UFF ofereceu o primeiro curso à distância, em novembro de 2001, com o vestibular de licenciatura em Matemática, em quatro pólos regionais. Segundo Celso Costa, isso marcou um pioneirismo porque foi o primeiro curso de

Educação à distância

UFF é pioneira no Brasil a oferecer curso de graduação ‘online’

Rosane Fernandes

graduação à distância, aberto à população, realizado no Brasil. Até então, os cursos que existiam na área EAD em graduação eram de Pedagogia, para os professores da rede pública que não tinham a titulação prevista pela LDB.

O Consórcio Cederj tem o objetivo de expandir o ensino superior gratuito e de qualidade, com cursos de graduação, extensão e especialização, e é formado pelas seis universidades

públicas do Estado do Rio de Janeiro: UFF, UFRJ, Uni-Rio, Uerj, Uenf e as prefeituras municipais, realizando atividades curriculares, presenciais e à distância.

Matemática ‘online’ da UFF

A UFF caminha para a inserção dessa metodologia. Do consórcio, o curso de graduação com metodologia à distância que tem o maior corpo discente é o de Matemática da UFF. Em 2004 serão mais de 1,2 mil alunos e 16 pólos regionais no interior do estado. O curso tem cerca de 20 professores e 45 tutores. O professor Celso Costa explica a importância da internet no processo da educação: “Eu vejo que a tecnologia em si não deve ser o foco, mas ser usada pedagogicamente. A internet ainda é um recurso limitado, para o nosso país. Para ter uma boa internet é preciso ter uma banda larga e esta necessita investimentos de recursos.”

A metodologia do curso se baseia em material impresso produzido pelo núcleo gestor do consórcio. Os autores são professores das universidades e uma equipe técnica de *webdesigners*, desenhistas, programadores, ilustradores que dão o formato e a linguagem do material. Os alunos têm nos pólos regionais encontro marcado com a tutoria, de duas horas por semana, para dinamizar esse material didático. Nos pólos regionais estão os laboratórios com computadores conectados à internet – rede com uma banda de 256 kbps –, além de laboratórios de física, química e biologia. Há infra-estrutura montada no interior do estado para apoiar o estudante. “A internet é o meio de comunicação com a sala de coordenação, que fica aqui na universidade, e com os tutores do curso para que os alunos possam dirimir quaisquer dúvidas”, diz Costa.

A plataforma Cederj de ensino faz toda a administração acadêmica do estudante. Além da tutoria oferecida nos pólos e pela internet, o aluno tem a opção de se comunicar também por

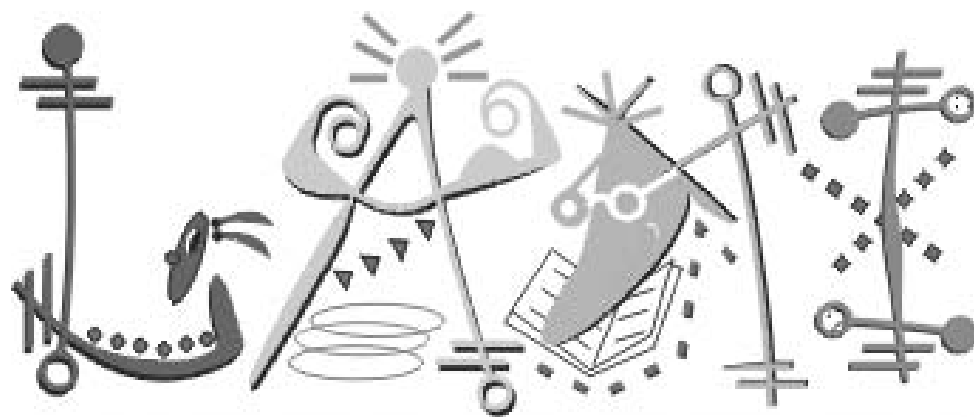
telefone, por um número 0800. “Quando o aluno tem alguma dúvida pode ligar para a sala de coordenação e tutoria que está localizada no Núcleo de Educação Assistidos por Meios Interativos (Neami) na UFF, que trata as questões das novas tecnologias de informação e comunicação no ensino. E é um momento muito interessante e até emocionante ver um tutor responder a uma questão de matemática pelo telefone”, afirma Celso Costa.

A EAD é um complexo e todos os meios (internet, telefone, material impresso) devem estar a seu favor. Nesse processo, além de um bom esquema de tutoria, destaca-se a avaliação. Esta tem de dar credibilidade ao sistema. Muitas vezes o senso comum pode ter uma opinião distorcida do processo. No sistema do Consórcio Cederj a avaliação do aprendizado é feita através de provas como as dos cursos presenciais, formuladas pelos coordenadores de disciplinas que estão aqui na UFF e são aplicadas nos pólos. Esse mecanismo bem tradicional é responsável por 80% da nota; o restante é por meio de exercícios à distância.

O professor Celso Costa explica que a avaliação institucional no curso à distância é elemento importantíssimo, ao contrário do presencial. O ensino à distância não teria chance de ter sucesso se prescindisse desta avaliação. No curso de Matemática à Distância da UFF existe avaliação permanente – o aluno está respondendo, passando e-mails, criticando, elogiando. “Há visitas de avaliação nos pólos freqüentemente, e ficamos o dia todo conversando com os estudantes, a direção do pólo e com os tutores para saber como está o processo como um todo. Isso imediatamente faz com que a gente direcione o curso para alcançar o objetivo proposto. É um processo dinâmico, vivo, e que a qualquer momento pode ser corrigido”, ressalta Costa.

Cursos à distância exigem investimentos, tanto do ponto de vista pessoal, quanto de infra-estrutura. Quem está inserido no processo percebe a complexidade. Em um pólo regional, por exemplo, há investimento de R\$ 400 mil em infra-estrutura com laboratórios, material permanente e biblioteca. Segundo Celso Costa, a meta é de alcançar, até o ano de 2006, 25 pólos, pois já existem 16 em funcionamento.

Há dois anos, a Portaria do MEC nº 2.253, de 18 de outubro de 2001, conhecida como a “dos 20%”, apresenta incentivo à graduação *online*, pois permite que as instituições de ensino superior ofereçam até 20% de suas disciplinas regulares na modalidade à distância. Assim, como afirma Marco Silva no livro *Educação online*, a informação e a educação tendem a transitar dos suportes tradicionais para a internet.



Laboratório de Mídia e Identidade

Comunicação Social prova que é possível crescer em terreno árido

Professoras Ana Lúcia Enne (esquerda) e Marialva Barboza

Fernanda Pimentel

Participar com seriedade dos editais, construir projetos que reflitam as preocupações teóricas e conceituais da área são alguns dos motivos que a coordenadora da pós-graduação em Comunicação Social da UFF, professora Marialva Barbosa, pontua como o grande sucesso dos grupos de pesquisa em comunicação.

O curso é um trabalho sólido e unido de todos os profissionais em torno de um objetivo comum: a construção de um campo de pesquisa reconhecido. Esse é um dos fatores que contribuíram para o rápido crescimento do curso na universidade. Criado em 1997, está na liderança na Região Sudeste, ao lado da UFMG.

“Nós nos esforçamos para conseguir instalações compatíveis com a importância da pós-graduação”, diz Marialva Barbosa. Os laboratórios de Mídia e Identidade e o de Tecnologias estão funcionando, ainda aquém do ideal. “Há muito a ser feito no que diz respeito à estrutura física, mas estamos no caminho certo”, acrescenta.

Quanto ao aperfeiçoamento do programa, a coordenadora destaca que todos os professores estão trabalhando juntos para internacionalizá-lo. “O professor Denis de

Moraes está publicando obras no exterior, e João Luis Vieira, Tunico Amâncio e Hilda Machado estão participando de importantes coletâneas. Tudo isso a fim de firmar convênios internacionais com universidades de renome, como o que estamos em entendimento com a Universidade de Michigan e de Leeds, na Inglaterra”, diz Marialva. “Construir pós-graduações reconhecidas é extremamente importante para a UFF”

Ana Lúcia Enne faz parte dos êxitos desse programa. Foi contemplada com o Edital da Faperj “Primeiros Projetos”, com um trabalho que é uma extensão do programa de Produção Docente (ProDoc/Capes), iniciado em 2003. “Por meio de dotações, como a bolsa de pesquisa que recebo para atuar como recém-doutora na pós em Comunicação da UFF e de verbas anuais destinadas às atividades de pesquisa, estou desenvolvendo um trabalho sobre a relação entre a imprensa e as imagens acerca da região da Baixada Fluminense”, explica ela.

A professora conta com a colaboração de uma bolsista para realizar pesquisas e montar um laboratório sobre mídia e identidade. “Ali vou congrega minha pesquisa e também outras com temas afins, como memória, violência, história, globalização, tempo e espaço, todas

convergadas para três eixos comuns: identidade, mídia e exclusão social”, afirma.

E os objetivos do laboratório vão além: tornar-se um banco de dados, promover seminários e encontros, publicar livros, além de sediar estudos. Com a verba conseguida pelo edital, haverá compra de material permanente e equipamentos para desenvolver a pesquisa.

O tema do trabalho contemplado, mídia e exclusão social, de acordo com a professora Ana Lúcia, é um caminho indispensável para uma discussão, onde se busca ampliar a área de conhecimento, permitindo a reflexão sobre a exclusão social e colocando a atuação da mídia em perspectiva. O olhar etnográfico, sugerido por ela no projeto, enriquece a comunicação, permitindo uma interdisciplinaridade fundamental.

Refletir a exclusão social e suas relações com os meios de comunicação tornou-se papel importante, pois tem sido objeto de preocupações constantes na sociedade. A universidade ganha não só materialmente, mas aglutina reflexões que permitem o maior entendimento das pessoas e evidencia seu principal papel – o de sediar e promover a reflexão.

AGRICULTURA FAMILIAR CONQUISTA MERCADO DE TRABALHO

Colégios agrícolas contribuem para aquecimento do setor

Flora Lobosco

A agropecuária nacional vem demonstrando crescimento econômico e ampliação do mercado profissional. A área conquista espaço com os indicadores das exportações em alta, incentivos do governo à agricultura familiar e importantes pesquisas tecnológicas, muitas vezes ligadas a projetos ambientais – uma parceria quase que obrigatória. A política agrária brasileira, por meio de iniciativas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), pretende fortalecer e expandir a agricultura de base familiar. O Ministério do Desenvolvimento Agrário está realizando o primeiro mapeamento da agricultura familiar brasileira. O mapeamento objetiva facilitar a inserção dos agricultores familiares no mercado consumidor brasileiro. A previsão é que o estudo esteja concluído em agosto desse ano.

A metodologia de assistência agrícola estava voltada, até há bem pouco tempo, para os grandes agricultores. Quando se escolhe o setor da agricultura familiar, a forma de diagnosticar problemas e a assistência técnica têm de ser

reorientadas, já que até agora estavam dirigidas ao setor empresarial. Segundo o professor de Economia da UFF Carlos Guanziroli, a metodologia de Diagnóstico de Sistemas Agrários (DSA) foi desenvolvida para formular tecnologia e assistência técnica adaptada ao pequeno produtor, produzindo diagnósticos regionais. A metodologia enfatiza a diversidade de práticas agrícolas – e não o monocultivo – e propõe um modelo de agricultura sustentável, tanto do ponto de vista econômico como ecológico. Acredita-se que o esforço para o fortalecimento da agricultura familiar em áreas de reforma agrária deve também identificar e promover modelos capazes de substituir, de forma eficiente e produtiva, a agricultura empresarial em declínio.

“O mercado de trabalho para técnicos agrícolas é amplo, mas é importante que se tenha uma visão sócio-econômica da realidade, principalmente dos pequenos agricultores”, afirma Guanziroli. A agropecuária brasileira tem apresentado novas características – a maioria das propriedades se baseia

quase que exclusivamente no trabalho familiar. O professor informa que 40% dos agricultores têm menos de seis hectares e apenas 16% deles receberam assistência técnica. “Aí entra o papel dos técnicos agrícolas, na aplicação de uma metodologia voltada aos pequenos agricultores e produtores”, acrescenta.

Os colégios agrícolas da UFF

Diferentemente do que se pensa, nem só de graduação e pós-graduação vive a universidade. A UFF tem dois colégios agrícolas que oferecem o curso técnico em Agropecuária e funcionam em fazendas localizadas no sul e no noroeste fluminense.

Localizado em Pinheiral, o Colégio Agrícola Nilo Peçanha (Canp) é anterior à UFF e acaba de completar 63 anos na região do médio vale do Paraíba do Sul.

Hoje, juntamente com o Colégio Técnico-Agrícola Ildefonso Bastos Borges (CTAIBB), é referência regional na formação de alunos na educação profissional de nível técnico na área de agropecuária.

Além do ensino médio e do curso técnico em Meio Ambiente, e seguindo a tendência atual de integração da prática da agropecuária à conservação do meio ambiente, o Canp oferece também o curso técnico em Agropecuária, que é dividido em três habilitações: Produção Animal, Vegetal e Agropecuária. “Essa nova área profissional já desponta como de grande importância e evidencia o trabalho do colégio e sua inserção na realidade local e regional”, diz o diretor do Canp, professor José Arimathéa.

Para Arimathéa, o Canp tem buscado parcerias e convênios para

aprimorar a formação profissional de seus alunos e atualizar seus profissionais. Recentemente, a universidade, com intermediação do colégio, celebrou, dentre outros, convênios com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Prefeitura de Barra Mansa e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Estão sendo negociados convênios com prefeituras e cooperativas agropecuárias da região.

O colégio tem projetos na área ambiental e de agroturismo, além de setores de reflorestamento, horta, criação de suínos, coelhos, aves, abelhas, peixes, entre outros. O Canp administra 19 unidades educativas de produção (UEP), onde os alunos podem vivenciar os conteúdos teóricos e práticos relacionados à área escolhida. A instituição comercializa produtos que são confeccionados no Núcleo de Indústrias Rurais do colégio, sob o acompanhamento dos alunos em disciplinas práticas, como processamento de produção.

O CTAIBB, em Bom Jesus do Itabapoana, que oferece, além do ensino médio, o curso técnico em Agropecuária, recebe reconhecimento do seu trabalho pela significativa aprovação dos alunos nos vestibulares em universidades como a UFF, Ufes, Uenf, Cefet, UFRRJ, Uni-Rio, Ufop, dentre outras.

Outras informações sobre o Canp pelo telefone (24) 3356-2362 ou pelo site www.uff.br/canp. Sobre o CTAIBB, entrar em contato pelos telefones (22) 3831-1248 e (22) 3831-9021 ou pelo site www.uff.br/ctaibb.

Fotos Divulgação

